

MOUSEION

Canoas, n. 45, 2023.

The DOI logo, a small orange circle with the letters "doi" in white.
<http://dx.doi.org/10.18316/mouseion.vi45.11901>

O ativismo de Françoise Vergès: uma abordagem decolonial no espaço museológico

The activism of Françoise Vergès: approach decolonial in the museum

Fernando Souto Dias Neto¹

Resenha crítica da obra: VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o Museu**: programa de desordem absoluta. São Paulo: UBU Editora, 2023.

Françoise Vergès, em *Decolonizar o Museu: programa de desordem absoluta* (2023) insere em seus trabalhos as discussões das populações constituídas pelos sujeitos chamados subalternizados. Sua escrita transita por questões étnico-raciais e apresenta até mesmo os diferentes feminismos. Em seu entendimento, os movimentos propostos – tais como os étnico-raciais e feminismos – reagem à cultura hegemônica através do chamado “programa de desordem”, que caminha na direção de desestabilizar narrativas e instituições que acabam sendo postas como universais. Com esse breve panorama, repensamos com a obra o que se compreende por cultura, cotidiano e narrativas desenvolvidas nos mais diferentes espaços.

Italo Calvino (2005), em *Por que ler os clássicos?*, mostra-nos o impacto e o movimento causado por um clássico em um meio leitor. Articulado a suas reflexões, faz parte deste trabalho uma leitura sobre os espaços museológicos, bem como lugares de memória, enunciados em museus. Para o autor, leva-se em conta que um clássico sempre se atualiza, com um novo impacto, ou até mesmo uma nova recepção por parte dos leitores que se debruçam sobre a obra.

Olhando para um tempo que não é apenas recortado, mas fossilizado, estabelecendo ligações como a mera interpretação – ao mesmo tempo sofrendo (re)significações que se tornam fluídas –, a passagem para o patrimônio histórico e cultural estabelece elos com a memória, por conseguinte, reverbera no presente, conjuga aspectos de uma aura com a experiência, o que contemplamos enquanto pesquisadores. Se um clássico, como o próprio Calvino (2005, p. 11) trata, não surge como algo novo, carregado de um ineditismo, desloca visões, imaginários e leituras homogeneizantes.

Faz parte destes escritos o ato de olhar e revisitar espaços museológicos, casas de memória, a fim de articular falas, discursos e a ativação de memórias que têm efeito sobre vivências e experiências de sujeitos, sejam eles visitantes ou aqueles que sofrem a ação, ao mesmo tempo em que atuam nos mais diversos processos sociais. Entendemos, aqui, que esses processos constituem o próprio sujeito, assim, participam de sua força no seio social.

Em um seminário, entendendo que esse evento parte do princípio de que os integrantes tenham um conhecimento prévio para gerar o debate – que vai desde as questões relacionadas ao patrimônio, seja ele material/imaterial, até às questões sobre memória –, surge a obra de Françoise Vergès (2023). Assim sendo,

¹ Doutorando em História PPGH UFSM bolsista CAPES/DS. E-mail: <fernando.neto@acad.ufsm.br>

debruçamo-nos, neste trabalho, sobre os referenciais teóricos da autora, bem como suas produções, sem nos esquecermos de sua trajetória ativista dentro da academia, de instituições culturais e, o que nos é caro, em espaços museológicos.

Vergés (2023) busca, respaldando-se em uma abordagem decolonial, uma virada no/sobre o pensamento museológico, ou seja, cujo olhar vá para além das molduras estabelecidas por modelos que reproduzem teorias ideologizantes, as quais (re)afirmam formas de dominação entre culturas hegemônicas. Para Dominique Poulot (2013, p. 131), o objeto elencado no museu dá o testemunho de vestígios que foram deixados para trás, elementos que são apropriados pelas instituições museológicas. Dessa forma, o movimento realizado pelas casas de memória estariam a construir narrativas ideológicas sobre os objetos.

Com efeito, observamos um culto ao passado: cultuamos trajetórias, feitos de sujeitos ilustres cujos objetos contam memórias e são até mesmo personificados. Assim são construídos uma série de desafios que permeiam a atividade museológica, um deles é o de contribuir com as memórias coletivas inseridas em um espaço público.

A partir de meados do século XVIII, na chamada dita modernidade – espírito desenvolvido pela consolidação do pensamento burguês –, surgiram algumas necessidades para além da cadeia de consumo de materiais manufaturados, industrializados, frutos de uma mão de obra massiva. Era necessário o consumo de produtos culturais, que se apresentam de forma tangível e intangível, a fim de tornar identidades totalizantes. Havendo o consumo de ideias, mentalidades que forjam racionalidades, conforme Choay (2017), apontamos a tentativa de se educar pelo patrimônio, o que demandou movimentos que rememorassem e/ou exaltassem os acontecimentos de uma nação.

Dessa forma, em tempos recentes, observamos que ainda se busca superar a ideia tradicional de museu, herdada, perpetuada e difundida após a Revolução Francesa, que aclamava os feitos nacionais, convertendo-se em um espaço cívico, que reforça narrativas de maneira heroica. Em meio a políticas, currículos e uma pedagogização dos processos museológicos, vemos a reprodução de grandes teorias, que necessitam ser repaginadas, e são empregadas em países que serviram de laboratório para experimentos desses saberes.

Poulot (2013) afirma que o papel no passado, assumido pelos museus, vai contra à necessidade do que hoje a sociedade apresenta. O papel museológico prioriza o acolhimento, manutenção, o que potencializa certos imaginários sociais. Quando os elementos se tornam hegemônicos e reforçam uma narrativa totalizante, acabam, muitas vezes, atacando ou provocando, segundo o autor, outros grupos sociais.

Mas de que forma o museu, não apenas enquanto uma instituição de colecionismo ou curiosidades, pode ser produtor de saberes não baseados em teorias totalizantes? No caso brasileiro, há uma recusa da ancestralidade originária do território. Aqui nos referimos ao sul global diante de processos que fazem uma leitura sob o olhar daquele que se estabeleceu enquanto invasor/colonizador. Ainda assim, há um movimento que busca desestabilizar certas molduras, mas não sem grandes esforços.

Vergès (2023), que demarca sua posição decolonial e a corrente epistemológica a qual está filiada,

entende que esses processos – principalmente no que se refere à constituição das identidades –, são atravessados pelas instituições, assim como pelos museus. Para a autora, os espaços museológicos estariam a serviço de elites brancas, em que os saberes, objetos e produções artísticas das populações ditas marginalizadas fora dessa moldura se colocariam a serviço de uma manutenção ou ampliação do poder colonialista – aparato que potencializa a circulação de saberes, até mesmo imagéticos, que servem de arcabouço cultural para os sujeitos, de forma que sejam levados a interpretar a sua realidade a partir dos modelos europeus.

Ademais, a cientista política se refere, em seu capítulo inicial, onde propõe o chamado “programa de desordem”, a elementos que serviriam para desacoplar um modelo que reproduz essas molduras, que muitas vezes servem de amarras e (re)afirmam movimentos hegemônicos, dificultando a inclusão dos grupos ditos subalternizados pelo colonialismo. Em uma primeira leitura em Vergès (2023), às vezes equivocada, podemos achar que ela dá algumas falsas pistas sobre as discussões em relação à forma como se realiza a crítica, mas isso não se esgota em um momento a posteriori.

Mesmo havendo o papel da crítica a um modelo colonialista, que acaba nos levando a refletir sobre aquilo que é colocado à sociedade, como a recepção de saberes difundidos – em processos educacionais, instituições culturais, sociedade de consumo, além dos patrimônios com seus significados e as memórias elencadas –, Vergès (2023), enquanto cientista política e historiadora, traz-nos casos em que participou ativamente, nos quais demonstra uma ação decolonial por meio de um movimento que visava descolonizar estruturas que se perpetuaram ao longo de séculos até os dias de hoje, de modo que contempla bens culturais, manifestações e expressões de populações do sul global.

Dessa forma, o pensamento decolonial – aplicado na ação dos museus –, vai além da ruptura das molduras ou da abolição das instituições museológicas. É relevante compreender as formas pelas quais ocorreram dominações, assim como o saque epistemológico e de bens materiais. Através dessa racionalidade estabelecida, não se busca pôr um ponto final ou acabar com aquilo que chegou até aqui. Nas palavras de referências que colocam o patrimônio como uma das preocupações sociais, compreendemos que, mais do que estabelecer as memórias como um elo no tempo recente, ainda assim esse movimento pode, conforme Vergès (2023), dar visibilidade e explicitação à ação colonizadora feita por impérios europeus, cuja herança se reproduz ainda hoje.

Acreditamos que demonstrando esses processos, para além dos currículos, podendo aí incluir as casas de memória, podemos auxiliar não apenas o mero colecionismo e sua exibição, mas ressaltar uma forma de escrita, leitura e pedagogia que emerge desse patrimônio. Apesar das molduras engessarem muitas práticas de ensino e ditarem os saberes que devem ou não serem apropriados, há a necessidade de entender, através de pesquisas, novas leituras e escritas, outras perspectivas, de forma que, ao mesmo tempo, se inclua sujeitos de grupos ditos subalternizados nesse processo. Como a referida autora alerta, não bastando ser oprimido e colonizado, para desejar a descolonização é preciso romper o movimento exercido pelas instituições de memórias.

Consoante Vergès, é necessário adentrar esses espaços, apropriar-se deles e, por conseguinte, promover através da epistemologia a enunciação do sul global, seja nas vitrines, nas visitas guiadas, nos patrimônios ou nas paisagens culturais, ou seja, por meio de tudo aquilo que dê visibilidade e demonstre

a cultura e identidade de matrizes étnicas e culturais diversas. Diante de tal consciência, há movimentos que vão além de manifestações, protestos, ou formas de destruição da multiplicidade de expressões de outras populações.

Sublinhamos, aqui, que a destruição, o fechamento e ação leva ao apagamento. Assim, ocultar e levar ao desaparecimento seria um tanto quanto improdutivo, aquilo que em algum momento teve sua existência e prestígio é necessário para se contar também a história. Os fatos, os movimentos, as leituras e escritas, enfim, elementos que não se conectam de maneira simples, devem ser analisados com cuidado.

O que assistimos há tempos é um movimento que se utiliza de saberes, práticas e espaços já consolidados, no eixo europeu, como algo chancelado e demarcado, como o mundo colonizador, pelo qual se realizou a expropriação de bens culturais do sul global. Contudo, não nos faz mais sentido que ocorra a repatriação de artefatos, obras e feitos dos povos que hoje se encontram à borda das decisões que norteiam os grandes centros.

Portanto, o que Vergès (2023) salienta e nos desafia – obtendo trunfo – é: além de pôr em xeque a sociedade estabilizada pelo status quo, essas coleções que estão sob o poder dos grandes impérios devem ser pesquisadas, estudadas pelo olhar daqueles que se originam de um eixo que foi posto como protagonizante de atos e feitos elencados nas chamadas “histórias oficiais”. Isto posto, uma escrita e aplicação decolonial, que reformule leituras que foram perpetuados pelo colonizador, devem servir para explicar as formas, manobras e movimentos realizados, muitas vezes, de forma violenta. Com isso é possível que se desenvolva uma episteme que vem do sul global e de grupos subalternizados.

Caminhar rumo à decolonialidade, portanto, significa buscar lugares e formas para fazer emergir as vozes daqueles postos às margens do processo, desestabilizando um imperialismo e um sistema de racionalidade política e econômica, vindo a retirar esses atores e agentes sociais do palco. Assim, espaços de memória e patrimônio podem vir a servir como lugares de reflexão, crítica e produção de saberes, deixando de ser apenas espaço de reprodução de uma cultura dominante e hegemônica. Por sua vez, esses lugares – referimo-nos às casas de memória – em um tempo não muito distante vieram a servir como narrativa Μυσαιος/Musaïos (do grego), ou seja, como pedestal para expor aquilo que se tinha de valor, de modelos, reforçando e criando narrativas heroicas.

Com o avanço dos tempos, esses lugares permanecem, porém, segue sendo necessário repensar suas diretrizes e o papel dos espaços museológicos. Dessa forma, a decolonialidade, dentro do contexto trabalhado, serve-lhe de forma à ocupação e à respectiva apropriação do espaço para dar visibilidade, mas não só, de modo a trabalhar com esses saberes, pelo ensino não-formal, em pesquisas em acervos, ou, não em poucos casos, atividades de educação patrimonial. Esses movimentos dentro do museu enquanto lugar consolidado faz emergir um espaço de fala pelas narrativas já consolidadas, até mesmo as chamadas subalternizadas, acreditando na potência do trabalho desenvolvido aliado à pesquisa, ensino e extensão.

Ademais, os acervos podem servir de suporte para novas tarefas, exposições e práticas não-formais de ensino. Acreditamos que a contribuição da autora, sem dismantelar as correntes teóricas clássicas e consolidadas, corrobora com uma forma de se (re)pensar a constituição de memórias através do patrimônio.

REFERÊNCIAS

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2017.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o Museu: programa de desordem absoluta**. São Paulo: UBU Editora, 2023.